

MAIO 2014

Diretor:  
João Dias da Silva

Jornal  
online

Federação Nacional  
da Educação

# TODOS PELA EDUCAÇÃO

superar a crise,  
promover uma educação universal,  
de qualidade e com equidade

XI Congresso



superar a crise

TODOS PELA  
EDUCAÇÃO

ENSINO ARTÍSTICO

TÉCNICOS SUPERIORES

ASSISTENTES

AUXILIARES DE EDUCAÇÃO

ENSINO PARTICULAR

ESCOLA

ENSINO UNIVERSITÁRIO

ENSINO POLITÉCNICO

ESCOLA SEGURA

PSP

ANPC

fne

A EDUCAÇÃO EM AÇÃO POR UM FUTURO MELHOR!

## ÍNDICE

**P.2 à P.9** - TODOS PELA EDUCAÇÃO NO  
XI CONGRESSO DA FNE

**P.10 à P.13** - MOMENTOS DO CONGRESSO

**P.14 à P.16** - RESOLUÇÕES

**P.17, P.18** - DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS  
DISCUTIRAM AGENDA PARA A EDUCAÇÃO PÓS  
2015

**P.19 à P.22** - II CONVENÇÃO NACIONAL  
FNE/CONFAP - AUTONOMIA DEVE ASSENTAR EM  
RESPONSABILIDADE E COOPERAÇÃO

**P.23** - VAGAS A CONCURSO INSUFICIENTES E  
MAL DISTRIBUÍDAS

**P.24, P.25** - ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO  
DEVERÁ SER ALVO DE NEGOCIAÇÃO COM OS  
SINDICATOS

**P.26, P.27** - 1º DE MAIO - EM DEFESA DOS  
DIREITOS DOS TRABALHADORES

**P.28** - CRIADO GRUPO DE TRABALHO PARA  
INTRODUZIR INGLÊS NO 1º CICLO

**P.29** - EDUCAÇÃO DE MENINAS E BARBÁRIE NA

NIGÉRIA  
promover uma educação  
de qualidade e com equidade

**P.30** - LEGISLAÇÃO

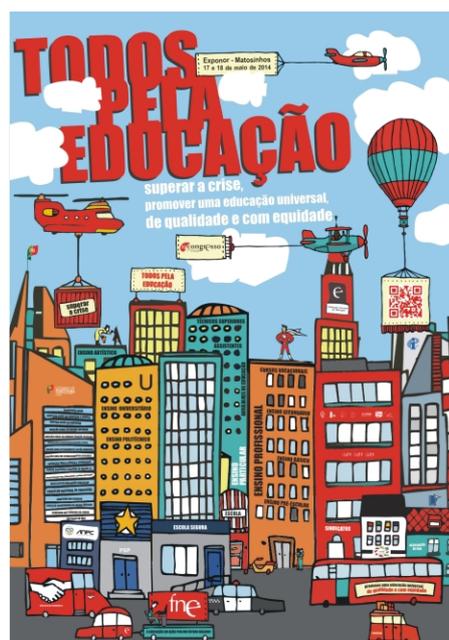
**P.31** - ISET



## TODOS PELA EDUCAÇÃO NO XI CONGRESSO DA FNE

O XI Congresso da FNE culminou com a recondução de João Dias da Silva para um novo mandato de 4 anos à frente da FNE. Durante dois dias o Grande Auditório da Exponor, em Matosinhos foi palco de um Congresso fortemente participado, com inúmeras intervenções que ajudaram a definir as orientações da FNE para os próximos anos.

**Apostando na inovação e na diferença na forma de fazer intervenção político-sindical, o congresso foi emitido on-line ao longo dos dois dias de trabalho.**



De sublinhar a presença da totalidade das organizações sindicais da lusofonia, como ainda a mais alta representação da estrutura europeia da Internacional da Educação. Igualmente presentes estiveram os nossos companheiros do sindicalismo democrático da Alemanha, da Espanha e da França.

Cerca de 500 congressistas debateram os principais problemas do setor e delinearam estratégias de ação sindical para o futuro. Em discussão estiveram, para além do Regimento do Congresso e o

Relatório da Atividades, as propostas de alteração dos estatutos e o Plano de Ação Sindical para os próximos 4 anos.





## AUTARQUIA DE MATOSINHOS FAZ DESAFIO À FNE

O desafio foi lançado pelo vereador da Educação da Câmara Municipal de Matosinhos, na abertura do congresso da FNE. António Correia Pinto falava aos congressistas e lançou o apelo: “a FNE e a Câmara de Matosinhos devem desenvolver, em conjunto, uma nova geração de competências na área da Educação. Um processo que respeite o papel e a importância dos diversos agentes educativos, mas que em simultâneo, proporcione uma melhor gestão dos recursos financeiros disponíveis”, afirmou o vereador.

João Dias da Silva, ainda durante a sessão de abertura do congresso, respondeu afirmativamente a esta proposta. O secretário-geral da FNE defende que “o papel das autarquias deve ser ampliado e clarificado no que são áreas que não podem deixar de lhes estar associadas”.

## JOÃO DIAS DA SILVA RECORDA CONQUISTAS E ALERTA PARA DESAFIOS FUTUROS

Num discurso dirigido aos trabalhadores da Educação, João Dias da Silva lembrou as lutas e conquistas passadas e o especial contributo dos sindicatos, e, dos seus dirigentes, na determinação de condições para a valorização e a dignificação das carreiras dos trabalhadores da educação.

No entanto, o secretário-geral da FNE alertou para os atuais sobressaltos sobre a garantia de que as conquistas obtidas em todo este tempo possam estar em causa. “As ameaças são fortes, os recuos têm sido importantes, mas é inquestionável a certeza de que a dignidade do trabalho é a nossa convicção mais forte e vai permitir que todas as tentativas para as porem em causa sejam anuladas”, afirmou.

Num balanço sobre o último mandato o líder da FNE recordou que a federação na primeira linha da exigência de outras políticas, de políticas de crescimento, de desenvolvimento e emprego.





## MARTIN ROMER CONDENA ATAQUES À PROFISSÃO DOCENTE

Martin Romer, Diretor Europeu do ETUCE/CSEE brindou a FNE com a sua presença no XI Congresso onde veio falar dos violentos ataques de que estão a ser vítimas todos os profissionais da educação, em consequência de políticas de austeridade em toda a Europa. “Temos vivido um regime de austeridade em toda a Europa, com a finalidade de recolocar os diversos países no rumo certo. Mas as evidências mostram que a austeridade não é o caminho para sair da crise. Em vez disso, temos mais desemprego, mais instabilidade social e um crescimento das desigualdades”, afirmou o diretor do ETUCE/CSEE.

A atual política que está a ser desenvolvida pelo Governo português e em particular, pelo Ministério da Educação e Ciência é outra das preocupações do líder do Comité Sindical Europeu que se afirmou preocupado com o futuro. “Parece-me claro que o vosso Governo caminha no sentido de uma concorrência crescente e até possível privatização da Educação Pública. O caminho da privatização é perigoso. Pode ser prejudicial para a Educação e para os serviços públicos”, afirmou Martin Romer.

Seguidamente, tomou a palavra Maria Arminda Bragança, representante da delegação da CPLP-SE, que se apresentou no Congresso com a maior representação de sempre. Arminda Bragança congratulou-se com a presença, em Portugal, de todas as delegações da CPLP e aproveitou para falar dos grandes desafios que se colocam à comunidade de países de língua portuguesa. “É urgente repor a educação no centro das agendas políticas dos nossos países. É chegada a hora de travar o domínio dos aspetos financeiros sobre os valores da Educação”, argumentou Maria Arminda Bragança.

Durante os trabalhos do primeiro dia do Congresso, foram aprovados por unanimidade o Regimento do Congresso e o Relatório de Atividades. As propostas de alteração aos estatutos foram também, na sua maioria, aprovadas por unanimidade. O Plano de Ação Sindical para o quadriénio de 2014-2018 foi tema de intensa discussão, com muitos delegados ao congresso a intervir neste ponto da ordem de trabalhos. O Plano de Ação Sindical para os próximos anos voltou à discussão no segundo e último dia do congresso.





Bem cedo, pela manhã, os delegados ao Congresso acederam em massa às mesas eleitorais para a eleição dos membros da Mesa do Congresso, do Conselho Geral e do Secretariado Nacional da FNE, enquanto na sala, os delegados prosseguiram o debate do Plano de Ação Sindical para o quadriénio de 2014-2018. À semelhança do que já tinha acontecido no dia anterior, a discussão e os contributos dos vários delegados foram muitos. O Plano de Ação Sindical e as propostas de resolução foram aprovados ao final da manhã.





## JOÃO DIAS DA SILVA REELEITO PARA MAIS 4 ANOS

Já reeleito para o próximo quadriénio, João Dias da Silva falou aos congressistas naquele que foi o discurso de encerramento do XI Congresso Nacional, onde começou por agradecer a confiança dos delegados para que possa prosseguir o trabalho como secretário-geral da FNE, enfatizando o facto de todos saírem desta assembleia magna mais animados em virtude da força que o congresso produziu.

A pensar nos combates futuros o secretário-geral da FNE garantiu que a organização vai continuar a constituir uma âncora de esperança dos trabalhadores da Educação.

O discurso de encerramento serviu ainda para uma saudação especial ao secretário-geral da UGT, Carlos Silva e à presidente da UGT, Lucinda Dâmaso pelo apoio e correta interpretação do que são as orientações que melhor contribuem para a representação dos trabalhadores portugueses.

## FNE DEFENDE A HARMONIZAÇÃO ENTRE ESCOLAS E PODER LOCAL

As relações entre as escolas e o poder local não foram esquecidas pelo líder da FNE, com João Dias da Silva a defender uma alteração do regime de transferência de competências para as autarquias na área da educação, mostrando-se disponível para contribuir para a solução que venha a ser encontrada e que integre a exigência de clarificação da distribuição de competências que devem pertencer ao Município e de competências que devem pertencer às Escolas, com respeito por aquilo que é a autonomia profissional dos docentes, pela racionalização de gestão de recursos humanos, pela agilização de procedimentos para garantir uma escola de qualidade com equidade.

Quanto ao papel dos sindicatos e para os próximos 4 anos, o secretário-geral da FNE defende uma articulação entre a contestação e a participação. “O sindicalismo em que temos de continuar a apostar é o que, tendo consciência das dificuldades de sucesso para a intervenção sindical, se posiciona flexivelmente na contestação e na participação, é o que se afirma pela sua independência e pelo protagonismo claro que assume na defesa dos Trabalhadores que representa”, afirmou.

Num claro recado para o exterior, o secretário-geral da FNE manifestou uma posição firme contra mais medidas de austeridade. “Defendemos claramente o modelo social europeu e por isso rejeitamos políticas de austeridade que minam a humanização das relações laborais, a justiça social e a coesão da sociedade e que desresponsabilizam o Estado em relação à promoção de uma Sociedade mais culta e mais justa”, defendeu.





## **CARLOS SILVA DA UGT RECONHECE E VALORIZA O PAPEL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO**

“Eu sou mais um que se junta a vós”, a frase foi atirada no início do discurso por Carlos Silva na sessão de encerramento do XI Congresso Nacional da FNE. O líder da UGT valorizou o papel dos professores e dos sindicatos dos trabalhadores da educação no seio da central sindical e saudou a nova equipa hoje eleita. “Eu sou um adepto incondicional da luta dos professores”, sustentou Carlos Silva para, mais à frente, garantir que a UGT não vai permitir que os trabalhadores voltem a ser penalizados por este, ou por outros governos, que se pautem por políticas de empobrecimento. “Se for preciso a UGT sairá para a rua”, garantiu o secretário-geral da UGT.

O XI Congresso Nacional da FNE terminou com uma sala a aplaudir a nova equipa que vai liderar os destinos da FNE nos próximos 4 anos.



# GALERIA DE FOTOS

VER FOTOS   
**obrigado**  
TODOS PELA EDUCAÇÃO [www.facebook.com/fineduca](http://www.facebook.com/fineduca)





# TODOS PELA EDUCAÇÃO



Mais fotos disponíveis no facebook da FNE em:  
<https://www.facebook.com/fneduca>



# momentos do congresso



“ Não podemos permitir, que nos queiram fazer percorrer um caminho de retrocesso, onde a Educação deixará de ser um direito para ser um bem transacionável, só acessível a uns poucos. ”

“ Urge tomar uma posição firme em defesa de uma Educação de qualidade numa escola Pública com profissionais reconhecidos e qualificados. ”

**Jorge Santos**  
Presidente da Mesa do Congresso



“ Nada nos impedirá de pautarmos a nossa ação pela exigência de um estado social que satisfaça os princípios básicos para todos os cidadãos. ”

“ Exigiremos uma Educação de qualidade e de acordo com as necessidades dos nossos alunos. ”

**Lucinda Dâmaso**  
SPZN



“ Os próximos quatro anos serão um tempo de combate. De combate por novos direitos que entretanto tomarão o lugar dos direitos que se perderam, mas sobretudo um combate pela dignidade da pessoa humana pela dignidade do trabalho e pela dignidade da vida. ”

“ Os próximos quatro anos serão, assim, um tempo de grandes desafios, mas continuo a acreditar na força do movimento sindical, na força dos educadores, professores e do pessoal de apoio educativo e no contributo responsável da nossa federação. ”

**José Ricardo**  
SPZC



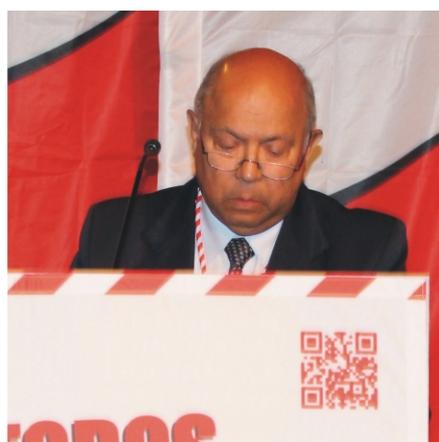
“

Por vezes para ver é preciso uma dialética entre a proximidade e o recuo que nos dê perspetiva. Precisamos de ver ouvir e ler o que se diz na sala dos professores, nos desabafos. Precisamos de ver ouvir e ler com recuo.

“

É urgente cuidarmos uns dos outros. É urgente cuidarmos uns com os outros dos alunos e formandos.

**Conceição Alves Pinto**  
SDPGL



“

Na nossa perspetiva, mais do que a descentralização, é a garantia de condições para o pleno exercício da autonomia das instituições escolares, que tem de estar associada a uma efetiva autonomia profissional dos seus trabalhadores, docentes e não docentes.

**Carlos Guimarães**  
STAAEZnorte



“

Não podemos sustentar tais medidas na educação, cuja imposição só pode contribuir para a degradação da escola pública, da qualidade de vida dos seus profissionais, e da educação em geral.

“

Quero deixar aqui uma palavra de apoio e encorajamento ao Secretário-geral João Dias da Silva, porque a missão é árdua.

**Josefa Lopes**  
SDPSul



“

Chegou o momento de não prejudicar mais os trabalhadores da administração pública, nomeadamente os da educação, com os cortes salariais, congelamento das progressões, carreiras, aumentar o horário de trabalho para 40 horas. ”

“

Entendemos também exigir ao ME a criação de equipas multidisciplinares onde estejam para além de docentes, psicólogos, técnicos de serviço social, e os assistentes operacionais devidamente qualificados, de modo a salvaguardar as situações de injustiça social a que os nossos jovens estão sujeitos. ”

**João Ramalho**  
STAAEYC



“

É necessário lutar contra o economicismo, contra o assalto diário às nossas bolsas, contra os impostos exagerados, contra os cortes nas pensões, contra a precariedade laboral, contra uma instabilidade geral e cada vez mais ameaçadora. ”

**Maria Teresa Soares**  
SPCL



“

O protagonismo dos sindicatos enquanto forças mobilizadoras contra o liberalismo económico encontra hoje terreno potencialmente fértil para as lutas sociais do futuro imediato, num cenário preocupante de crise social e económica. ”

“

Os movimentos sindicais constituem uma possibilidade efetiva de afirmarem a sua identidade e defenderem os seus interesses e motivações num processo construtivo, transparente, nem sempre pacífico, mas produtivo quando ativo, junto do Estado e perante os administradores da sempre escassa “coisa pública”. ”

**António José Gomes Ferreira**  
SDPA



“

Apelamos aos colegas professores presentes para nos ajudarem a sensibilizar e transmitir a mensagem da necessidade e obrigatoriedade de formação dos trabalhadores de apoio educativo.”

“

Vergonhoso o comportamento do MEC que nos solicitou uma proposta de formação, tivemos uma reunião só com técnicos e...passaram quase 2 anos e até agora...NADA. Este comportamento demonstra uma total falta de respeito por uma classe que com dedicação e elevado profissionalismo cuida dos homens e mulheres de amanhã.”

**Cristina Ferreira**  
STAAEZSul



“

A saída da Troika deixa o país social num campo de ruína e destruição. Os professores foram de entre os trabalhadores dos mais afectados pelas medidas injustas abjetas e discriminatórias impostas pela troika e pelo governo.”

“

É preciso investir na formação de novos quadros pois só dessa maneira o país pode alavancar as medidas necessárias para o desenvolvimento e crescimento.”

**Gilberto Pita**  
SDPM

## PELO REFORÇO DA EUROPA SOCIAL, ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES DE 25 DE MAIO

Considerando que se vai realizar no próximo dia 25 de maio, em Portugal, a eleição dos deputados portugueses ao Parlamento Europeu;

Considerando que o Parlamento Europeu é um órgão de máxima importância para a determinação do futuro da Europa e dos europeus;

Considerando que cabem ao Parlamento Europeu decisões sobre áreas tão importantes como a económica e a social no espaço europeu;

Considerando que as decisões do Parlamento Europeu têm cada vez maior impacto nas políticas sociais, quer na Europa como um todo, quer em cada país;

Considerando, ainda, que a participação cívica dos cidadãos nas eleições europeias é um ato fundamental para a solidificação das instituições europeias e da própria União Europeia;

### O XI CONGRESSO DA FNE REUNIDO NO PORTO NOS DIAS 17 E 18 DE MAIO DE 2014:

- Apela à participação de todos os portugueses nas eleições para o Parlamento Europeu do próximo dia 25 de maio;

- Considera a União Europeia como o único espaço de integração regional com dimensão política, económica, social e cultural, capaz de fazer face à globalização;

- Apela a uma União Europeia que lute por uma Globalização diferente em que exista concorrência leal, comércio justo, respeito pelas regras sociais e ambientais e regulação económica e financeira;

- Constata o fortalecimento da integração europeia como o nosso espaço natural e um espaço que promove o progresso económico e social e de consolidação da democracia;

- Apela à construção de uma Europa social com solidariedade entre os povos e as nações que a compõem e que combata as desigualdades existentes;

- Exorta para uma União Europeia mais afirmativa na cena internacional, na luta por uma globalização diferente, na defesa dos direitos humanos e sociais, na afirmação da cooperação para o desenvolvimento e da Paz e da Segurança a nível mundial, na defesa dos princípios democráticos, da justiça, da igualdade e da liberdade;

- Reconhece que a crise económica e financeira com que estamos confrontados, veio demonstrar que precisamos de uma União Europeia cada vez mais forte, capaz de conduzir

as políticas que permitam relançar as economias nacionais;

- Apela ao reforço de uma Europa dos cidadãos, da participação alargada na construção das decisões e de políticas mais preocupadas com os problemas com que os trabalhadores se confrontam: desemprego, precariedade e pressões para a desregulação social;

- Apela a uma União Europeia que respeite os sindicatos e responda às preocupações sindicais de melhoria das condições de vida e de trabalho dos europeus;

- Manifesta a defesa e apoio de políticas que reforcem a dimensão social europeia, na defesa dos seus valores e instituições e combater todas as formas de desregulação social e laboral;

- Exorta ao diálogo social, como instrumento fundamental para a mudança, conciliando a melhoria da competitividade com a solidariedade tornando-se, ainda, num meio de antecipar e gerir as alterações sociais, com implicação dos parceiros e um instrumento de garantia de uma melhor governação da União Europeia;

- Apela, ainda, a uma União Europeia que promova a educação, a formação, a inovação e a investigação como vetores fundamentais para vencer o caminho da prosperidade económica e social.

Porto, 18 de maio de 2014



# PELO FIM DA AUSTERIDADE, POR POLÍTICAS DE CRESCIMENTO E EMPREGO

Considerando que está a finalizar o período formal de intervenção do Banco Central Europeu, da Comissão Europeia e do FMI, estabelecido pelo PAEF em maio de 2011;

Considerando os enormes sacrifícios que foram impostos aos portugueses na sequência da grave crise financeira e económica que se abateu particularmente sobre a Europa e os seus países periféricos, com especial relevância para o nosso país;

Considerando que a FNE sempre se bateu por uma equilibrada e equitativa distribuição dos sacrifícios e dos cortes em salários e pensões, com particular destaque para os trabalhadores da administração pública;

Considerando que os efeitos imediatos das políticas económicas predominantes se saldaram por um tempo excessivo de recessão, de desemprego a níveis inaceitáveis, de pressão para a emigração;

Considerando que o caminho para o futuro não pode continuar a ser somar austeridade à austeridade, com impactos desastrosos em termos de coesão social, de aumento das desigualdades e das assimetrias sociais do Estado Social;

Considerando que esta situação continua a comprometer a confiança dos agentes económicos e das pessoas, sem a qual os novos investimentos e a criação de empregos e de riqueza estarão condicionados;

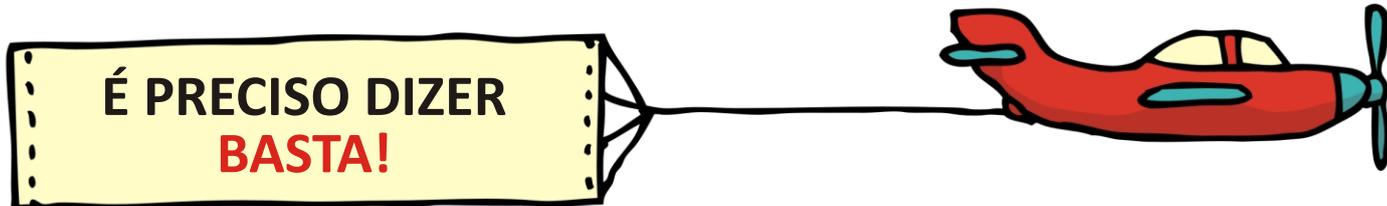
Considerando que é insuportável que se mantenham por mais tempo as medidas mais gravosas que têm sido impostas;

Considerando que os dados mais recentes apontam para um agravamento importante da pobreza em Portugal, nomeadamente junto dos trabalhadores, das crianças e das famílias mono-parentais, resultante dos cortes operados nos valores de muitas prestações sociais e numa maior restrição no acesso às mesmas ou pela não actualização do salário mínimo;



## O CONGRESSO DA FNE, REUNIDO NA EXPONOR NOS DIAS 17 E 18 DE MAIO DE 2014

- considera essencial a determinação urgente de medidas que compensem os trabalhadores e pensionistas em situação mais delicada dos sacrifícios que injustamente lhes foram impostos;
- exige a determinação de uma visão estratégica que corrija urgentemente as profundas injustiças, que proporcione o desenvolvimento sustentável do País, com equidade e coesão social;



- considera intoleráveis as situações de pobreza e de exclusão social que atingem muitos portugueses e que são inaceitáveis numa sociedade moderna, coesa e desenvolvida e que, a não serem corrigidas com urgência, comprometem o desenvolvimento futuro do País;
- rejeita qualquer reforma global do regime de pensões em Portugal que assente no reforço do vínculo entre direitos de pensão e critérios demográficos e económicos, uma vez que uma reforma desta natureza traduzir-se-ia, no futuro, não só na redução do valor das pensões e reformas em geral, como especialmente numa absoluta e inaceitável indefinição e incerteza nos valores a receber por parte dos pensionistas;
- rejeita que se procurem impor, do exterior, soluções que implicam fortes perdas de direitos sociais dos trabalhadores e dos pensionistas, sem que simultaneamente se combatam as causas que estão na base dos seus problemas, tais como o funcionamento do mercado de trabalho (desemprego, precariedade laboral, política de baixos salários, emigração, políticas activas de emprego) ou ainda a política fiscal;
- afirma que a competitividade passa por serviços públicos eficazes e eficientes - devendo ser este o princípio orientador da Reforma do Estado - , por um Estado Social que garanta a igualdade de oportunidades e a coesão social, pela qualificação das Pessoas;
- rejeita que se pretendam transformar em definitivos e permanentes os cortes de salários e pensões anteriormente anunciados como excecionais e transitórios, continuando assim a prejudicar sempre os mesmos;
- exige políticas diferentes que, sem comprometerem a consolidação e o rigor orçamentais necessários, promovam em simultâneo um maior crescimento económico, a criação de mais e melhor emprego e uma maior justiça e equidade sociais.



Porto, 18 de maio de 2014



## DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS DISCUTIRAM AGENDA PARA A EDUCAÇÃO PÓS 2015

Enquadrado nas atividades pré-congresso, realizou-se na sexta-feira, dia 16 de maio, um seminário internacional para promover uma reflexão sobre os efeitos da crise na Educação. Um debate que concluiu pela necessidade de todas as organizações sindicais afinarem uma estratégia global para definir aquela que deverá ser a agenda pós 2015 para a Educação.

No seminário, em que estiveram representantes de vários sindicatos de outros países, foi feito pela FNE um diagnóstico dos efeitos da crise na Educação, a partir de casos concretos, enquadrados num relatório sobre a situação do país, em que se referem os cortes orçamentais de milhões de euros e o fecho de centenas de escolas primárias.



Na primeira parte do encontro, Alexandre Dias, do Departamento Internacional da FNE, fez uma breve apresentação sobre as principais alterações no setor da Educação, consequência das políticas de austeridade com que o país se tem confrontado nos últimos anos.



Logo depois, Joaquim Santos, da FNE apresentou uma síntese do Projeto do ETUCE/CSEE: Development of teacher unions' expertise in exiting the crisis through quality education, em que a FNE está envolvida.

O projeto inclui os cinco países da Europa mais afetados pela crise: Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda e Itália. O resultado será a produção de um documentário sobre os efeitos da crise nestes países e pretende também ver qual foi o papel dos sindicatos para tentar sair da crise e promover uma educação de qualidade.

No relatório já enviado a Bruxelas são lembrados os cortes no Orçamento do Estado ao nível da educação e dos abonos de família. "Entre 2009 e 2012, meio milhão de crianças e jovens deixou de ter direito a receber os abonos", lê-se no documento.

No texto é igualmente referido que em abril de 2013, a UNICEF alertou que 25 por cento das crianças portuguesas vivia com algum tipo de privação.



A perspetiva da CPLP sobre os efeitos da crise na Educação esteve a cargo de Maria Arminda Bragança, que apresentou alguns números com destaque para altos níveis de abandono escolar, para os baixos padrões de escolaridade e disparidades de género no domínio do acesso à Educação. Em suma, ficou claro que as metas dos Objetivos do Milénio não vão ser cumpridas, com alguns países que assinaram a Declaração do Milénio a reduzirem os contributos para que se tinham comprometido.

No momento do debate foram várias as dúvidas levantadas pelos participantes estrangeiros, que quiseram saber mais pormenores sobre o funcionamento das escolas privadas em Portugal e que tipo de financiamento é promovido pelo Governo português. A defesa do setor público da Educação é de resto um tema transversal nos diversos países representados neste seminário.

O seminário foi precedido por uma visita ao Centro Escolar de Leça da Palmeira, onde as várias delegações internacionais ficaram a conhecer um pouco da realidade das escolas em Portugal.



## II CONVENÇÃO NACIONAL FNE/CONFAP

# AUTONOMIA DEVE ASSENTAR EM RESPONSABILIDADE E COOPERAÇÃO

Que modelo de autonomia? Quais as vantagens e desvantagens? Que papel têm os diversos agentes educativos? Estas foram as principais questões que mereceram aprofundada reflexão durante a II Convenção Nacional FNE /CONFAP, que se realizou no passado dia 3 de maio, em Coimbra.



Na sessão de abertura, José Ricardo, presidente do SPZC, saudou os participantes e alertou para as diferenças entre o discurso político em prol da autonomia e a sua efetiva aplicação nas escolas. Lucinda Dâmaso, presidente da UGT e presidente do SPZN, lembrou, na abertura da Convenção, o esforço que a FNE e a CONFAP têm desenvolvido em torno de um objetivo comum que é o da melhoria das práticas educativas e o

sucesso da escola pública. Também Helena Pedroso, da CONFAP elogiou o trabalho desenvolvido pelas duas organizações e valorizou o papel e o trabalho dos professores nas escolas.



A sessão de abertura terminou com a intervenção de Armando Varela, da Associação Nacional de Municípios e presidente da Câmara Municipal de Sousel, que alertou para a necessidade de envolver todos os agentes educativos no processo de autonomia das escolas. Armando Varela garantiu ainda que os municípios estão empenhados em levar por diante esta importante tarefa. “Há margem para crescer e há margem para fazer melhor”, afirmou o autarca.

Apelo

Organização



### “AUTONOMIA PARA QUE TE QUERO?” – DAVID JUSTINO

O presidente do Conselho Nacional de Educação defende uma maior liberdade dos municípios em matéria de Educação, com a tutela a assumir um papel de regulador. David Justino falava na II Convenção Nacional FNE/CONFAP, onde foi orador da palestra **Os desafios à Educação – o que se pede, o que se espera**, o que é possível com a autonomia, e defendeu uma regulação mais partilhada entre o poder central e o poder local. Admitindo não ser um fervoroso adepto da autonomia, o ex-ministro da Educação vê “vantagens” na hipótese de o Ministério da Educação poder vir a “dispensar” algumas das suas competências, desde logo em questões curriculares e escolha dos autores ensinados pelas escolas. “Conferir às escolas o poder de adaptar o conteúdo e organização curricular ao que são as necessidades locais”, frisou o presidente do CNE. Já no capítulo da organização escolar, David Justino defendeu a existência de um sistema misto para a contratação de professores.



A visão mais académica do temo foi introduzida no debate por Matias Alves, da Universidade Católica, que na palestra **A autonomia nos seus labirintos: ensaio de outra visão** sublinhou a importância de pais e professores trilharem um caminho comum com vista a maior autonomia no sistema de ensino.



A sessão da manhã terminou com o tema **Autonomia e lideranças**, por Filinto Lima, dirigente da Associação de Diretores de Agrupamentos, que trouxe ao debate o olhar das escolas sobre a autonomia. Filinto Lima falou sobre as vantagens e dos constrangimentos que se vivem nas escolas com contratos de autonomia. Para este dirigente associativo há uma enorme dificuldade em passar da legislação à prática em matéria de autonomia.



## AS EXPERIÊNCIAS DE AUTONOMIA: A ESCOLA DA PONTE E O PROJETO DO MUNICÍPIO DE CASCAIS

Durante a tarde a II Convenção Nacional FNE/CONFAP dedicou o debate aos casos práticos, com intervenção dos responsáveis pela Escola da Ponte e pelo município de Cascais. Dois exemplos de autonomia, cuja experiência os participantes ficaram a conhecer.



No caso da Escola da Ponte, Ana Maria Moreira, coordenadora geral do projeto explicou de forma sucinta o modelo de organização da Escola da Ponte, assente na autonomia, na diversificação das aprendizagens e numa participação responsável de todos. O debate foi ainda enriquecido com a presença de dois alunos da escola da Ponte, que vieram apresentar à plateia as suas experiências e o trabalho que desenvolvem no dia a dia da escola.



Seguiu-se a apresentação do projeto ALEF – Administração Local de Educação e Formação, do município de Cascais. Uma iniciativa que se encontra ainda em preparação e que pretende ter acesso a políticas próprias envolvendo os atores educativos e representantes da comunidade local. O projeto foi apresentado por João Bento Vitorino, da Câmara Municipal de Cascais e David Sousa, diretor do Agrupamento de Escolas Frei Gonçalo Azevedo.





## FNE E CONFAP SELAM COMPROMISSO

A II Convenção FNE/CONFAP proporcionou de seguida um debate e troca de impressões entre os oradores e a plateia, terminado já ao final da tarde com uma sessão de encerramento a cargo do presidente da CONFAP, Jorge Ascensão e o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva.

Em jeito de conclusão, Jorge Ascensão elogiou os contributos dados por todos os participantes e deixou um apelo ao envolvimento de todos os parceiros na concretização de um modelo de autonomia capaz de promover uma escola de qualidade. Do lado da FNE, João Dias da Silva realçou que foi cumprido o objetivo proposto com esta iniciativa, que foi o de contribuir para uma escola que proporcione qualidade das aprendizagens e que chegue a todos os alunos. A II Convenção Nacional FNE/CONFAP terminou com um abraço entre os líderes das duas organizações, selando o compromisso de pais e professores estarem unidos neste objetivo.



# VAGAS A CONCURSO INSUFICIENTES E MAL DISTRIBUÍDAS

Foi publicado no passado dia 26 de maio, o diploma que fixa as vagas do concurso extraordinário de professores e que consagra a abertura de 1.954 lugares nos quadros. A FNE discorda do número de vagas abertas pelo MEC, considerando que se trata de um número insuficiente e apenas um “acerto de pormenor”, deixando de fora milhares de docentes, que têm sido sucessivamente contratados, e que há longos anos servem o sistema.

A FNE discorda igualmente da distribuição das vagas, onde cerca de um quarto dos 1.954 lugares disponíveis são para os professores de Matemática do secundário e dos 2º e 3º ciclos e mais de metade (56%) estão concentradas na zona de Lisboa e Vale do Tejo. Há grupos de recrutamento onde há falta de professores e que não foram contemplados neste concurso.

Recorde-se que a FNE não chegou a acordo com o Ministério da Educação sobre a proposta de revisão do diploma sobre concursos de professores.

**PARA A FNE, ERA ESSENCIAL QUE ESTE PROCESSO DE REVISÃO DO REGIME DE CONCURSOS PROPORCIONASSE:**

- condições de combate à precariedade, estabelecendo o princípio de que uma quarta contratação sucessiva de ano inteiro e horário completo determinaria o direito automático a vinculação, em lugar de quadro, com os efeitos retroativos que o respeito pela lei impõe;

- a anualidade dos concursos interno e externo, com todos os lugares vagos em concurso em simultâneo, evitando desrespeito pelas posições relativas entre candidatos;

- o correto dimensionamento dinâmico das necessidades permanentes do sistema educativo, englobando todas as ofertas

educativas necessárias ao crescimento das qualificações e à promoção do sucesso educativo de todos;

- manutenção da reserva de recrutamento ao longo de todo o ano letivo, para situações transitórias e de curta duração;

- total transparência nos processos em que fosse necessário proceder a contratação de escola;

- plena integração dos docentes de ensino português no estrangeiro em todos os procedimentos concursais.



concurso



## ORGANIZAÇÃO DO ANO LETIVO DEVERÁ SER ALVO DE NEGOCIAÇÃO COM OS SINDICATOS

A FNE reuniu no passado dia 8 de maio com o MEC, para discutir o calendário e organização do ano letivo de 2014/2015. Em resultado do encontro, os sindicatos ficaram apenas a conhecer as linhas orientadoras que a tutela pretende verter para o documento. Na breve reunião com o MEC, a FNE não deixou de alertar para a necessidade de se iniciar um processo negocial com os sindicatos por se tratar de matérias relativas à componente de trabalho dos professores.



A FNE defende que um despacho de organização do ano letivo deve ser conhecido em tempo útil e terá de ser um documento, o mais claro e completo possível, vertendo para a lei um conjunto de **e regras que garantam:**



- o escrupuloso respeito pelo tempo efetivo de trabalho docente individual;
- um limite ao número de alunos/níveis com que cada docente trabalha;
- um limite ao número de reuniões para que um docente pode ser convocado;
- um limite à entrega de planos, relatórios ou outros documentos inúteis;
- um limite de turmas e de alunos a atribuir a cada professor;
- que todo o trabalho realizado com os alunos seja incluído na componente letiva dos professores;
- o respeito pelo número máximo de horas da componente não letiva dos professores do 1º ciclo, que se encontram sobrecarregados de tarefas (vigilância de intervalos, coordenações e outras);
- a necessária redução do tempo de trabalho para os técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais das escolas.

---

Em relação ao crédito horário a FNE alertou o MEC para a necessidade de revisão da atual fórmula de cálculo, de modo a garantir o funcionamento cabal das escolas/agrupamentos. Sobre esta matéria, o MEC assumiu o compromisso de não haver cortes e admitiu a possibilidade de, em algumas escolas, haver mesmo um reforço do crédito horário.

Sobre o calendário escolar, a FNE defendeu que o calendário para os educadores de infância deverá ser coincidente com o dos outros profissionais. Relativamente ao calendário dos restantes níveis de ensino, a nossa maior reserva diz respeito ao Secundário, onde os professores que estão afetos aos exames não têm tempo para ter férias. A FNE considera esta situação profundamente negativa.

Na reunião, o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, revelou ainda que o despacho de organização do próximo ano letivo permitirá dotar as escolas de mais autonomia e será um documento com maior clarificação de regras e de conceitos.

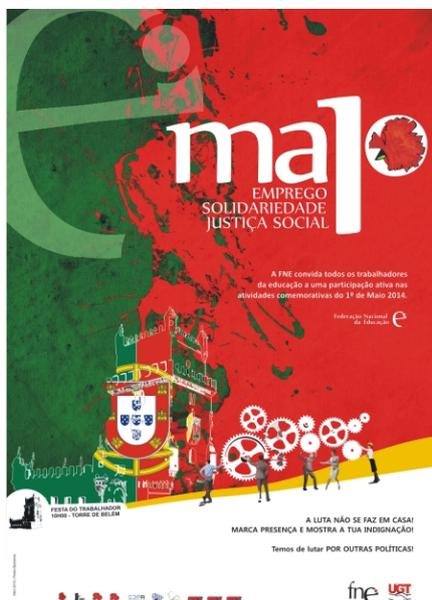
---

# 1º DE MAIO

## EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

A UGT celebrou o Dia do Trabalhador junto à Torre de Belém, um regresso às origens para comemorar o 1º de Maio em festa com os trabalhadores. A FNE associou-se aos festejos e às diversas iniciativas programadas. Os trabalhadores da Educação disseram presente, num ano em que o Dia do Trabalhador adquiriu um significado especial, passados que estão 40 anos do 25 de Abril.

E como o 1º de Maio é um dia de luta mas também de comemoração e confraternização, as iniciativas começaram cedo com os vários sindicatos a abrirem os seus expositores ao público. Pouco depois começava o colóquio “Novos desafios, novas lutas”, onde foi abordado o mundo sindical e o papel dos sindicatos nos próximos anos. O secretário-geral da FNE foi um dos oradores deste painel e afirmou que o papel dos sindicatos sempre teve extrema importância, uma vez que foi a sua intervenção que permitiu aos trabalhadores uma melhoria das condições de vida. “Tem sido por intervenção dos sindicatos que temos



evitado muitas situações de descalabro social”, sublinhou.

João Dias da Silva referiu que, apesar de haver a convicção generalizada da importância do papel dos sindicatos junto das entidades patronais e dos governos, a percentagem de pessoas que nunca se sindicalizaram é enorme. “Como fazemos para que as pessoas sejam não apenas reconhecedoras da importância e da necessidade dos sindicatos mas também participem nos sindicatos?”, questionou João Dias da Silva respondendo que

que os valores da intervenção sindical têm de ser consolidados, embora uma crescente individualização no mercado de trabalho dificulte este processo.

O secretário-geral da FNE considerou ainda que as organizações sindicais têm de saber adaptar-se à utilização de novas tecnologias, embora continue a achar que “o sindicalismo tem de ser de presença e de proximidade e não pode ter líderes afastados da realidade”.





## CARLOS SILVA CONDENA AUMENTO DE IMPOSTOS

O discurso de Carlos Silva era um dos mais aguardados do dia. O secretário-geral da UGT afirmou que a UGT está orgulhosa do seu passado, dos acordos que celebrou, das greves que convocou e da disponibilidade para a concertação social.

Para Carlos Silva será a determinação da central que poderá conduzir ao aumento do salário mínimo após as eleições europeias, e manifestou-se estupefacto com a decisão do Governo de aumentar o IVA e a TSU. “Será que é para dar a machadada final no setor da restauração e lançar para o desemprego mais alguns milhares de trabalhadores? A subida da TSU, anunciada em vésperas do 1º de Maio, como poderá ser entendida pelos trabalhadores?”.

O secretário-geral da UGT afirmou ainda que a enorme massa humana presente em Belém é a prova de que a UGT continua unida. Carlos Silva referiu que a central continua disponível para o diálogo mas também para a mobilização dos trabalhadores contra o “esbulho de direitos”.



## LUCINDA DÂMASO APELA À MOBILIZAÇÃO

“Temos de continuar a lutar por mais e melhor qualidade de trabalho e emprego”. O apelo foi deixado pela presidente da UGT, que não esqueceu as origens do 1º de Maio, referindo que há 128 anos trabalhadores norte-americanos conseguiram melhores condições de trabalho mercê de uma luta que consideravam justa.

Lucinda Dâmaso afirmou ainda que a força da UGT conseguirá melhores dias para todos deixando uma palavra aos jovens que procuram o primeiro emprego, aos milhares de desempregados que não encontram trabalho e aos reformados e pensionistas cujo objetivo de um final de vida com dignidade está seriamente ameaçado. “Hoje, como sempre, a UGT não deixará de lutar por uma vida digna para todos os portugueses. Um país só é livre se tratar bem os trabalhadores, os pensionistas e os reformados, se der aos jovens esperança num futuro melhor”, sustentou a presidente da UGT.







**#BRINGBACK  
OURGIRLS**

## **EDUCAÇÃO DE MENINAS E BARBÁRIE NA NIGÉRIA**

Mais de 200 meninas menores foram sequestradas em meados de abril da sua escola para ser vendidas como escravas ou obrigadas a um casamento forçado. Reivindicado por grupo "Boko Haram" islâmico que significa "a educação ocidental é um pecado", este rapto é um atentado à liberdade individual e à autodeterminação das mulheres, e um desprezível e bárbaro método de condicionar a educação.

Além de revelar um fanatismo exacerbado, tratar uma mulher como inferior e reduzi-la à condição de um escravo vai contra todas as normas internacionais dos direitos humanos. A educação parece assustar alguns extremistas e a FNE não pode deixar de se associar à onda de revolta e indignação por este acontecimento lamentável.

Exigimos que a comunidade internacional se mobilize de forma a impedir a repetição de tais atos e que pressione as autoridades competentes para que essas meninas sejam libertadas rapidamente.

A educação deve ser um direito universal e, como tal, tem de ser acessível a todos e a todas, independentemente do lugar onde cada um vive.



## LEGISLAÇÃO

### **Despacho n.º 6969/2014, de 28 de maio**

Define as regras necessárias para os docentes requererem mobilidade por motivo de doença.

### **Aviso n.º 6472/2014, de 27 de maio**

Abertura do concurso externo extraordinário destinado à seleção e recrutamento de pessoal docente nos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência, com vista ao preenchimento das vagas previstas na Portaria n.º 113-A/2014, de 26 de maio, e dos concursos de mobilidade interna, de contratação inicial e reserva de recrutamento, para suprimento das necessidades temporárias, estruturadas em horários, completos ou incompletos, reguladas de acordo com o disposto nos artigos 25.º a 37.º, do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio.

### **Portaria n.º 113-A/2014, de 26 de maio**

Fixa o número de vagas do concurso externo extraordinário de acesso à carreira docente.

### **Despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio**

Concretiza os princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo 2014-2015.

### **Despacho n.º 6809/2014, de 23 de maio**

Define as regras para obtenção das habilitações profissionais para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

### **Decreto-lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio**

Procede à terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 132/2012](#), de 27 de junho, que estabelece o

regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência.

### **Resolução da Assembleia da República n.º 43/2014, de 19 de maio**

Recomenda ao Governo um conjunto de medidas de combate a todas as formas de violência escolar.

### **Lei n.º 30/2014, de 19 de maio**

Procede à décima primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 118/83](#), de 25 de fevereiro, e à terceira alteração aos Decretos-Leis n.os [158/2005](#), de 20 de setembro, e [167/2005](#), de 23 de setembro, modificando o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, dos serviços de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública e da assistência na doença aos militares das Forças Armadas.

### **Decreto-lei n.º 79/2014, de 14 de maio**

Aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.

### **Despacho n.º 6144/2014, de 12 de maio**

Cria um grupo de trabalho para a introdução da Língua Inglesa no currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

### **Decreto-lei n.º 27/2014, de 8 de maio**

Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.



## INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

Rua Pereira Reis, 399 – 4200-448 Porto  
[www.iset.pt](http://www.iset.pt)

### INSCRIÇÕES ABERTAS PARA:

#### > CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA – CET – NÍVEL V DA UE

- . Acompanhamento de crianças e Jovens
  - . Técnicas de Gestão e Administração de Organizações
- Horário: diurno de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira*

#### > LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO

- . Provas para maiores de 23 anos para Acesso às Licenciaturas em Educação
- . Administração Educacional
- . Intervenção Educativa

#### > MESTRADOS

- . Administração Educacional
  - . Animação Sociocultural
- Horários das Licenciaturas e Mestrados: sextas-feiras a partir das 15h00 e Sábados: entre as 9h00 e as 17h30*

#### > CURSOS DE FORMAÇÃO ESPECIALIZADA

- . Administração Escolar
  - . Educação Especial – domínio emocional/personalidade
  - . Supervisão Pedagógica e Avaliação Docente
- Horário: Sábados: entre as 9h00 e as 17h30 e eventualmente em dias de interrupções letivas*

### DESCONTOS PARA SÓCIOS DOS SINDICATOS MEMBROS DA FNE

Para mais informações: [www.iset.pt](http://www.iset.pt)  
Telefone: 225073890  
e-mail: [geral@iset.pt](mailto:geral@iset.pt)



**FICHA TÉCNICA**  
maio 2014

**proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**diretor**  
João Dias da Silva

**editor**  
Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
Fátima Martins e Paulo Amadeu

**secretariado**  
Teresa Morais e Teresa Burnay

**sindicatos membros**  
Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato Democrático dos Professores do Sul \*

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores \* Sindicato Democrático dos Professores da Madeira \* Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas \* Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte \* Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro \* Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

**departamento administrativo e financeiro**  
Joaquim Fernandes

**redação**  
Rua Costa Cabral, 1035 \* 4200-226 Porto \*  
tel. 225073880 \* fax. 225092906 \*  
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques